


- Pág. 3 UCE define ações para 2014
- Pág. 4 Seminário Assecor 2014 foi adiado para 7 de agosto
- Pág. 4 Aposentadoria: Parecer da PEC 170 é aprovado em Comissão Especial
- Pág. 4 Senado aprova licença de servidores públicos para mandato classista



Ações propostas por entidades associativas necessitam de autorização do associado

O Escritório Torreão Braz Advogados parceiro da Assecor na atuação em ações judiciais de interesse dos associados divulgou nota sobre a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) que aborda que, em ações propostas por entidades associativas, apenas os associados que tenham dado autorização expressa poderão executar com os títulos judiciais.

De acordo com esta decisão, o STF confirma que as associações, salvo em casos de mandado de segurança coletivo, a propositura de medida judicial precisa de expresse consentimento do associado, por meio de autorização individual ou de deliberação em assembleia. Além disso, os efeitos da decisão judicial ficam restritos aos associados. Diferente do que acontece nos sindicatos, que possuem legitimidade extraordinária de substituir judicialmente todos os integrantes da categoria representada e, por isso, dispensam autorização individual. O inteiro teor do acórdão do Supremo ainda não foi publicado. Assim que o documento for divulgado, será repassada qualquer informação diferente das apresentadas.

Destaca-se que a Assecor já tem adotado a medida. Para que os associados estejam dentro das ações representados pela Associação, é necessário que estes entreguem procuração à entidade.

Editorial

Caros,

A Assecor, por meio de sua atuação no FONACATE e na UCE (União das Carreiras de Estado), luta diariamente por importantes conquistas, como a liberação para exercício de mandato classista (MP 632/2013) e a reversão da cobrança de contribuição previdenciária de aposentados (PEC 555/2006), além da recuperação de perdas salariais e da atualização do valor dos benefícios.

Formalizamos nossa pauta de reivindicações e estamos tentando sensibilizar o Governo, entretanto a conjuntura política e econômica não nos favorece. É essencial que a base atenta e mobilizada enquanto seus representantes continuam tentando forçar o diálogo para que a negociação aconteça efetivamente. A Copa do Mundo, a continuidade da crise financeira e sua repercussão na economia globalizada e no Brasil, as mobilizações populares e a disputa eleitoral são partes de uma complexa realidade que dificulta os movimentos das carreiras de Estado, que facilmente podem se tornar bode expiatório do Governo e/ou alvo da grande mídia, que sempre está pronta para denegrir reputações. Para sermos tachados de sangues-azuis oportunistas não custa nada. Dado esse ambiente, estamos sendo cautelosos.

Todas as novidades importantes são disponibilizadas em nosso site (www.assecor.org.br) e nos informativos. Acompanhe a Assecor também no Facebook e no Twitter.

Tomamos muito cuidado com questões sensíveis e detalhes de negociação em andamento, mas todos assuntos são discutidos em nossas reuniões de diretoria, abertas à qualquer associado, e todas as decisões estratégicas são levadas para assembleia.

Questione, comente as notícias, abra discussões no Fórum. Participe!



Eduardo Rodrigues.

Eduardo Rodrigues
Presidente ASSECOR

Expediente

Presidente: **Eduardo Rodrigues**

Vice-presidente: **Antonio Manoel Rodrigues Magalhães**

Jornalista responsável: **Natália Pereira (MTB 65414/DF)**

Projeto gráfico: **Curupira Desing**

Gerência administrativa: **Valdinéia Brito**

Atendimento: **Jason Oliveira, Iracema Guedes**

Apoio administrativo: **Jadson Valentim**

Uma publicação da
ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

SEPN Qd.509 Ed. Isis 1.º Andar Sala 114
Asa Norte - Brasília/DF - CEP. 70750-504
Fone/Fax: (61) 3340-0195 / 3274-3132



www.assecor.org.br



facebook.com/assecor



twitter.com/assecor



UCE define ações para 2014

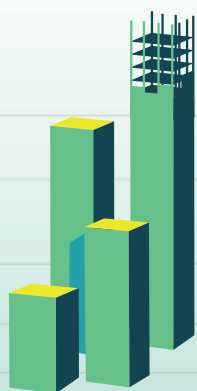
A União das Carreiras de Estado (UCE) se reuniu novamente no dia 13 de maio com o objetivo de estabelecer uma análise sobre as reivindicações já feitas ao Governo. Em março deste ano, foi entregue aos representantes do Governo, um ofício com questões salariais e estruturais da Carreira, além da aprovação da PEC 555. A resposta foi enviada no último mês e não pontuou as pautas específicas da UCE, apenas àquelas que dizem respeito aos servidores federais como um todo. A UCE analisou que este é o momento para que o diálogo seja focado em questões estruturais de cada Carreira visto que de acordo com o Governo os acordos salariais já estão sendo cumpridos integralmente. No início de junho acontece a próxima reunião que avaliará os textos para uma nova publicação mais abrangente das reivindicações. As ações estão acontecendo e assim que a Assecor tiver novas informações publicaremos no site.

Previdência: Entidades programam grande mobilização pela aprovação da PEC 555/2006

A Assecor participou no dia 13 de maio da Assembleia Geral do Fonacate que teve com uma das principais pautas a previdência dos servidores públicos. A luta das entidades pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555, de 2006 – que prevê o fim da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados e pensionistas tem gerado diversas mobilizações.

“Não podemos deixar mais uma legislatura acabar sem aprovar essa proposta. O governo fala em ônus, mas a nossa defesa é de que a repercussão financeira para a União, Estados e municípios, estimada em R\$ 5 bilhões anuais, não será significativa considerando o orçamento global dos entes”, afirmou o presidente do Fórum, Roberto Kupski.

Fonte: Fonacate



SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO 2014

Projeto Nacional de Desenvolvimento

Seminário Assecor 2014

foi adiado para

7 de agosto

O Seminário Assecor 2014 estava marcado para o dia 3 de junho. Mas por conta do cancelamento da vinda de um dos debatedores e não tivéssemos as discussões comprometidas, o evento foi adiado para o dia 7 de agosto, no mesmo local (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio - CNTC) e horário (8h às 18h). Contamos com a compreensão de todos. Em breve, publicaremos mais informações. Em caso de dúvidas entre em contato por e-mail comunicacao@assecor.org.br ou por telefone 3274-3132 (Natália - Assessora de Comunicação).

Aposentadoria: Parecer da PEC 170 é aprovado em Comissão Especial

A Comissão Especial destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 170/2012 aprovou, no dia 14 de maio, o relatório da matéria que prevê a garantia de proventos integrais em aposentadoria por invalidez para os servidores públicos. O texto foi lido pelo relator deputado Marçal Filho (PMDB/MS) na presença de representantes de entidades.

A Proposta beneficia servidores públicos da União, Estados, municípios e do Distrito Federal que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, que se aposentaram ou venham a se aposentar por invalidez permanente com direito, cumulativamente, a proventos integrais calculados com base na última remuneração. Segundo o texto, qualquer reajuste ou vantagem destinado aos servidores na ativa será repassado aos beneficiários ou dependentes na mesma proporção e na mesma data.

Senado aprova licença de servidores públicos para mandato classista

A Medida Provisória 632/2013 trata da autorização para que servidores federais se licenciem de seus cargos para exercerem mandato classista. A permissão já era concedida a servidores estaduais e municipais.

Pelo projeto, sindicatos de até 5 mil associados poderão contar com dois servidores; de 5.001 a 30 mil associados, com quatro servidores; e de mais de 30 mil associados com oito servidores. Atualmente, o Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/1990) permite um máximo de três servidores. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou que, com a proposta, o servidor licenciado para exercer mandato em sindicatos e federações terá garantido o pagamento de seu salário. Hoje essa licença é sem vencimento e o salário do servidor sindicalista custeado pelo sindicato.